

O ensino da língua portuguesa: variações em torno da *Gramatiquinha Brasileira*.

Ivan Russeff*

O propósito deste artigo é o de analisar o ensino da Língua Portuguesa a partir das contribuições teóricas e metodológicas do filólogo Celso Cunha e do escritor Mário de Andrade sobre as possibilidades de afirmação da identidade lingüística brasileira. Ao retomar o debate mais recente provocado pelo Projeto de Lei nº 1676/99, de autoria do Deputado Aldo Rebelo, que dispõe sobre medidas restritivas ao uso indiscriminado de estrangeirismos, o presente estudo procurou situar, comparativamente, os pressupostos histórico-culturais que fundamentam as teses dos autores em foco – em especial as do filólogo e as do escritor –, com resultantes bastante distintos e, até opostos: Celso Cunha investindo na superior unidade da língua portuguesa, Mário de Andrade na diversidade lingüística, traduzida na sua *"Gramatiquinha da Fala Brasileira"* e Aldo Rebelo, resvalando no puritanismo das tradições clássicas do idioma nacional. O artigo conclui com a importância do debate, que reafirma as questões em torno do ensino da língua como relevantes para a afirmação política da cidadania e consolidação do ethos nacional.

Introdução

Careço que os outros me ajudem pra que eu realize a minha intenção: ajudar a formação literária, isto é, culta da língua brasileira.

Mário de Andrade

É essa unidade superior da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade que nos cabe preservar como fator interno de unidade nacional do Brasil e Portugal(...)

Celso Cunha

*Doutor em Educação. Professor da Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

O recente debate em torno das teses de um parlamentar brasileiro¹ indisposto com a invasão da língua portuguesa por palavras e expressões estrangeiras reacendeu os ânimos nacionais em defesa do idioma, despertando antigas pendengas gramaticais e motivando debates acalorados. Não fugindo à regra de tantos "Policarpos Quaresmas" que nos freqüentam a história, no ímpeto nativista de preservar a identidade lingüística da expressão nacional, o parlamentar nos obriga a retomar uma antiga – e nem por isso ultrapassada – advertência do filólogo brasileiro Celso Cunha: a de nos situarmos, os professores de Língua Portuguesa, criticamente entre os extremos do "reacionarismo historicista e do jacobinismo nacionalista"². Assim, para o autor, enquanto este último advoga o rompimento radical com as convenções prescritas pela Gramática Normativa, na vã expectativa de consolidar uma nova língua, mais adequada ao temperamento nacional, aquele outro extremo apregoa a sujeição dos falantes ao puritanismo das tradições clássicas do idioma.

Ora, o objetivo da presente exposição é o de tomar como referência esse ponto médio defendido por Celso Cunha e avaliar o quanto permanece atual a sua preocupação com a unidade lingüística brasileira e, por extensão, portuguesa, resultante da interação dinâmica e contínua da norma culta, não só com os inevitáveis estrangeirismos, mas também com suas variantes dialetais³. Mais ainda é pretendido nesta reflexão: reafirmar o princípio que orienta esse autor, ao traçar uma política do idioma voltada para a consolidação de uma comunidade lingüística lusófona – como costumava exemplificar com a comunidade hispano-americana –, no mais amplo sentido cultural e político. Só esse empreendimento integrador, visando à superação das barreiras impostas à intercomunicação interna e externa dos países de língua portuguesa, obstinadamente perseguido por Celso Cunha ao longo de sua vida de intelectual e homem público, já o destaca no cenário da filologia mundial e o qualifica para os estudos atuais acerca do ensino da Língua Portuguesa.

Para não restringir o debate aos limites das teses filológicas e lingüísticas, foi convidado para a tertúlia um Quaresma contemporâneo, o escritor Mário de Andrade, que aqui comparece na discreta condição de "leigo na matéria". Modéstia à parte, Mário não escondia a sua ambição de contribuir, por meio de estudos lingüísticos e da sua própria obra literária, para a renovação da expressão artística nacional; com o propósito de estilizar o brasileiro vulgar, procurou evitar a vala comum da patriotada e o pedantismo da "inflexão portuguesa", posicionando-se também entre os extremos, muito embora, como verificaremos mais à frente, tenha ousado com uma inacabada *Gramatiquinha* brasileira.

Concluindo esta introdução com as epígrafes que lhe deram o mote, é possível afirmar que tanto o filólogo Celso Cunha quanto o "leigo" Mário de Andrade procuraram valorizar a superior unidade lingüística portuguesa, sem subestimar a sua variante brasileira. Se, para o filólogo, cabe aos falantes de um idioma preservarem a sua unidade superior dentro de sua natural diversidade expressiva, seja ela individual ou nacional, para o poeta, é igualmente necessário esse esforço ao mesmo tempo

integrador e diversificador, porque, afinal, a língua é a manifestação concreta do temperamento psicológico e cultural de um povo.

Unidade na variedade: uma obsessão de Celso Cunha

Dentre os temas tratados com mais ênfase na *brigada ligeira*⁴ de Celso Cunha, destaca-se o da unidade da língua portuguesa. Uma análise mais atenta revela que, mesmo ao discorrer sobre questões tão aparentemente disparatadas, como o seu estimado Projeto Nurc (Projeto de Estudo Conjunto e Coordenado da Norma Lingüística Oral Culta de Cinco das Principais Capitais Brasileiras), ou, então, as conseqüências da aplicação de uma metodologia dialetológica tradicional aos estudos lingüísticos, o autor sempre se permitia uma incursão no tema da unidade lingüística; e concluía, invariavelmente, com a pretensão, para ele legítima e possível, de se garantir a inteireza do idioma, sem renunciar à sua pluralidade, perceptível nas variantes regionais e nacionais.

Citando com freqüência o lingüista Eugênio Coseriu, o filólogo brasileiro Celso Cunha entendia que entre as normas não há relação de superioridade ou inferioridade, em nenhum sentido: são apenas distintas entre si; e, sem qualquer presunção valorativa, situa as variações normativas do ponto de vista *diatópico* (o português do Brasil e o de Portugal, por exemplo); *diastrático* (linguagem culta e popular), ou *diafásico* (linguagem poética e linguagem da prosa). Com essa compreensão bastante alargada e compreensiva, porque analisa a questão da diversidade também do ponto de vista do outro, depreende-se que a tese em que se sustenta a argumentação do nosso autor é a de que a tensão entre a variedade expressiva individual e a unidade normativa gramatical não se resolve unilateralmente, devendo, antes, ser estimulada pois é sintoma da vitalidade do idioma.

Para além das fronteiras nacionais, o raciocínio –e a defesa da unidade– não se altera. Ao alertar para o caos da babelização comunicativa, inevitável se brasileiros e portugueses insistirem em suas peculiaridades lingüísticas, Celso Cunha lembra que os prejuízos advindos dessa divergência idiomática são incalculáveis “num mundo compelido a ampliar, cada vez mais, o intercurso das idéias”⁵.

Em vista disso, pode-se afirmar que a força e atualidade do pensamento de Celso Cunha não se evidenciam apenas na indisposição com o emparedamento da língua ‘pelas idiossincrasias nacionais; para o autor, era também preocupante o confinamento, nos limites muitas vezes anacrônicos impostos pela norma culta, do pensamento e do sentimento de um povo, tolhendo-lhe a criatividade. Contra isso, e aqui está mais uma evidência do vigor de suas idéias, propunha “medidas práticas, baseadas na realidade lingüística dos dois países”⁶, entendendo como prática, a medida do ensino e da literatura –para ele, fatores dinâmicos de persuasão normativa–, e tendo por real, a língua efetivamente utilizada pelos meios cultos de cada país da grande comunidade idiomática portuguesa.

Daí ser de toda a conveniência que se propiciem condições ao educando para que ele se assenheore progressivamente do dialeto prestigioso sem que seja violentado com a desorganização ou a destruição do seu vernáculo, do qual continuará a servir-se nas situações mais íntimas⁷.

Feitas essas digressões, pode-se concluir que o ponto médio propugnado por Celso Cunha, situando-se entre puristas reacionários e nacionalistas jacobinos, constitui-se nessa unidade superior do idioma: sem desprezar as convenções codificadas da língua, mas também acolhendo as suas possibilidades expressivas não convencionais, em âmbito regional, nacional e até individual, o autor acredita em que tal flexibilização normativa, desde que constantemente regulamentada, ampliaria a intercomunicação dos falantes da língua portuguesa, em direção a uma ampla comunidade lusófona. Como é possível constatar, para não se incorrer nos freqüentes anacronismos da uniformização normativa, Celso Cunha deixa entrever ao longo de sua proposição a relevância da dinâmica pendular entre unidade e variedade da língua portuguesa, em todos os níveis, a ser permanentemente sintonizada pelos esforços codificadores dos lingüistas de cada país. E a nenhuma das modalidades nacionais da língua portuguesa Celso Cunha considerava um falar dialetal ou um *patois*, desvirtuados do português europeu, porque, afinal, na condição de “condôminos do idioma” todos os países da comunidade lingüística portuguesa detêm a mesma porção ideal da propriedade do idioma e a capital da Língua Portuguesa deveria estar onde estivesse o meridiano da cultura.

Mário de Andrade e os “iluminados de 1922”

Ao se referir à inoperância do então chamado ensino de 1º e 2º graus – “um longo curso de onze anos” –, cujos alunos tornavam-se usuários de uma língua que não funcionava, Celso Cunha lamentava o quanto esse quadro de ineficiência não fazia jus aos empenhos revolucionários dos artistas do Modernismo que procuraram revitalizar a expressão artística nacional. Apenas na arte se consolidou o ideal dos “iluminados de 1922 – a antecipação do verdadeiro artista à sua época...”⁸ Ora tratados como radicais em relação à pasmaceira lingüística de sua época, ora como *iluminados* pela clareza de suas proposições, os moços da Semana de Arte Moderna colecionaram elogios por parte do filólogo, também ele um irrequieto crítico a tudo que compromettesse a eficácia comunicativa da língua portuguesa, como já foi observado.

O trato lisonjeiro, entretanto, não era no atacado. Celso Cunha não esconde certas preferências em relação aos modernistas, e no que o apraz, ou seja, nas questões lingüísticas, não é de estranhar a eleição de Mário de Andrade como interlocutor, ainda que de forma reticenciosa quanto às ousadias gramaticais do poeta. Tratando-o por “chefe incontestado do movimento modernista de 1922”, lamenta que o pai de

Macunaíma não nos tivesse brindado com a tão anunciada *Gramatiquinha da Fala Brasileira*. Pelo que já conhecemos de Celso Cunha, pode-se dizer que o filólogo não ficou nem um pouco frustrado com o descompromisso de Mário, reafirmando-se as suas convicções sobre as evidências da unidade do idioma, na sua natural diversidade. Para o filólogo, Mário de Andrade não conseguiu o seu intento porque "(...) é de presumir, é quase certo –poderíamos adiantar– haver ele desistido do projeto por não ter encontrado na sua obra, nem na de seus companheiros, os elementos indispensáveis para provar a existência de um sistema lingüístico diferente do português europeu, o que, a rigor, justificaria uma *língua brasileira*."⁹

Apesar da discreta inflexão desafiadora que perpassa a crítica, como que a saborear, satisfeito, a carência de provas para sustentar o projeto emancipador do poeta modernista, Celso Cunha não despreza os ganhos da empreitada daquela geração de rebeldes, valorizando o manancial de informações trazidas pela pesquisa que desenvolveram no campo da linguagem. Assim, "Se o Movimento de 1922 não nos deu –nem nos podia dar– uma *língua brasileira* ele incitou os nossos escritores a concederem primazia absoluta aos temas essencialmente brasileiros, com suas formas culturais próprias e a enunciarem de maneira adequada esses temas, ou seja, a preferirem sempre palavras e construções vivas do português do Brasil..."¹⁰

Dentro dos propósitos abrangentes já anunciados nesta exposição, conviria compreender melhor o frustrado projeto mariodeandradiano que ficou no meio do caminho da jornada emancipadora de uma suposta língua brasileira. Para Mário de Andrade, essa afirmação da identidade lingüística brasileira estava também dirigida poeticamente à conquista da expressividade do discurso literário, fruto da estilização culta da fala corrente. Tão grande esforço, é preciso convir, estava longe de se constituir num jacobinismo nacionalista, como se depreende da consciência que teve dos prejuízos que poderiam advir do rompimento intempestivo com a língua portuguesa e seus parâmetros normativos.

No esforço para conseguir aquela "maior verdade e exatidão de expressão" postuladas pelos modernistas, Mário se meteu na aventura de abrasilizar a expressão culta do seu tempo, ou de estilizar o brasileiro vulgar, sublinhando o quanto esse propósito exigia o concurso de muitos, por várias gerações, cada qual contribuindo com as suas soluções particulares, como solitariamente vinha fazendo com a sua:

Você compreende, Manuel, a tentativa em que me lancei é uma coisa imensa, enorme, nunca foi pra uma homem só. E você sabe muito bem que não sou indivíduo de gabinete. Não posso ir fazendo no silêncio e no trabalho oculto toda uma gramática brasileira pra depois de repente, pá, atirar com isso na cabeça do pessoal. (...) Careço que os outros me ajudem pra que eu realize a minha intenção: ajudar a formação literária, isto é, culta da língua brasileira¹¹.

O intento de colaborar na formação culta da língua brasileira, confidenciado a Manuel Bandeira, em 1925, já vinha de longa data, culminando no final daquela década com a publicação de *Macunaíma*; com essa obra, Mário de Andrade prova a eloquência da fala popular estilizada, consagrando a expressividade que sempre buscou trazer para o seu estilo.

Os intrincados itinerários de *Macunaíma*, narrados numa excêntrica fabulação de aedo tropical e primitivo, demonstram um meticuloso trabalho de estilização da então chamada “língua boçal” que passou despercebido a grande parte da crítica e à totalidade dos leitores da época¹². A propósito, a observação do filólogo João Ribeiro de que, por mais que Mário forçasse a nota do seu brasileirismo, acabava nas malhas da língua portuguesa, contribuiu para um oportuno esclarecimento da questão, junto ao amigo Manuel Bandeira: “Pouco me incomoda agora que eu esteja escrevendo igualzinho ou não com Portugal: o que eu escrevo é língua brasileira pelo simples fato de ser língua minha, a língua de meu país, a língua que hoje representa no mundo muito mais o Brasil que Portugal; enfim: a língua do Brasil”¹³.

A resistência de João Ribeiro ao brasileirismo de Mário de Andrade lembra, guardadas as diferenças de motivação, a ojeriza de Tristão de Athayde com a língua de candomblé de *Macunaíma*, menosprezada como invencionices lingüísticas de poeta desordeiro. Mas o poeta não abasileirava a sua linguagem só para “inquizilá” os defensores da norma culta; a sua desordem gramatical estava orientada por um princípio normativo que ele entrevia na fala brasileira, sob a rígida carapaça da língua portuguesa oficial.

Mesmo na sua produção mais vanguardista, inspirada nas teorias européias em evidência na sua época, Mário imprime o tom de brasilidade ao seu discurso; demonstra com isso que a mudança de assunto e a sintonização com a modernidade, não impediam o seu ambicioso projeto de transcodificar a língua portuguesa para afirmar a expressão nacional. A expressão brasileira não estava restrita aos terreiros de candomblé, nem apenas aos cafundós do sertão, expandindo-se para a vida esfuziante das metrópoles: na Paulicéia Desvairada, os arranha-céus, os “fords” e os “bonds elétricos” são freqüentemente citados pelo poeta que toma a cidade de São Paulo pelo contraste dinâmico de sua modernidade cosmopolita. E para que não houvesse dúvidas sobre o cenário urbano –e, sobretudo, nacional– o leitor percebe em contraponto, o cantochão monótono dos pregões dos vendedores ambulantes: “Batat’assat’ô furnnl!”; “Laranja da China, laranja da China! Abacate, cambucá e tangerina!”

O experimentalismo lingüístico e a sintonia com as vanguardas européias, portanto, não comprometem o abasileiramento da expressão mariodeandradiana e muito menos o seu entendimento de que a palavra, ao se libertar de sua camisa-de-força, poderia contribuir com a afirmação da própria identidade nacional.

Artesanato oco? Ingenuidade romântico-nacionalista? Primitivismo boçal? Irresponsabilidade poética e falastronice teórica? Com esses mimos, a crítica de

oposição e até os amigos da situação reagiram à permanente preocupação de Mário de Andrade com a expressividade literária, resultante da pesquisa formal e da imersão na cultura brasileira; com a mesma resistência, os críticos também não lhe perdoaram a utopia da língua brasileira¹⁴ que pretendia materializar, inicialmente, com a consolidação de uma Gramática, que a modéstia e o pudor transformaram em “gramatiquinha”. Mesmo agastado com as incompreensões, prosseguia no intento de abraçar a expressão culta nacional, e não por pruridos patrióticos, mas por entender claramente que para emancipar a inteligência do país era necessária a universalização da língua utilizada pela maioria dos brasileiros, dando-lhe um estatuto normativo. Ao afirmar o prestígio social da fala brasileira, Mário pretendia desmontar o poder secular exercido pela norma lusofônica, desencalacrando a consciência nacional para que pudesse intervir ativamente na realidade do país, contribuindo com a sua cultura e civilização.

Ao evitar a via bem mais cômoda – e também mais escandalosa – da transposição imediata da fala corrente para a norma culta, ou, dos ritmos folclóricos para a música erudita, Mário de Andrade reafirma uma positiva tensão que sempre ocorreu independentemente das vontades pessoais, entre a cultura erudita e a popular, resolvendo-se em influências recíprocas; de sua iniciativa, e de alguns poucos em toda história da cultura brasileira, resultou, entretanto, o combate ao ranço elitista de subalternização que as opunha entre si e as diferenciava em valor. Percebendo a força criadora resultante da circularidade das culturas, fosse com as estrangeiras ou entre as nacionais, Mário de Andrade insistia na estilização culta de todas as formas de expressão do povo brasileiro, entendendo-a como um processo universalizante e enriquecedor do idioma e das várias manifestações artísticas: “O que carece pois é que o músico artista assunte bem a realidade da execução popular e a desenvolva(...) Si de fato agora que é período de formação devemos empregar com freqüência e abuso o elemento direto fornecido pelo folclore, carece que a gente não esqueça que música artística não é fenômeno popular, porém desenvolvimento deste¹⁵.

Mais ousados na afirmação artística e lingüística do caráter nacional, os modernistas também repugnaram a retórica de seu tempo, mas procuravam intervir no âmbito da expressão, em seu largo sentido semiológico; a construção de um discurso persuasivo implicava, para alguns poucos como Mário de Andrade, o estudo metódico dos vários códigos de comunicação da sociedade brasileira. Nos seus esparsos da “gramatiquinha”, aconselhava a auscultação paciente de todos os fatos relevantes, ou não, da fala brasileira, considerando não só as motivações subjetivas do falante, como também a situação da fala. Assim, recomendava, a par do conhecimento da Gramática Normativa oficial, a recolha dos “modismos esporádicos colhidos das pessoas que escuto, cartas que recebo, livros, jornais, anúncios, etc. que leio (...)” chegando a ficar “bem uns seis meses frequêns dum barbeirinho ruim das Perdizes só pra escutar a fala dele que era uma gostosura imprevista com seus sodisfeito, quatros dia, etc. etc.”¹⁶

Todo esse esforço de pesquisa era dirigido, como se vem demonstrando, para a sistematização das generalidades e constâncias¹⁷ da fala brasileira de maneira que fosse possível, com o tempo, se escrever e falar naturalmente o brasileiro. O repúdio ao cabotinismo lírico também se verificava na busca da expressão verdadeira da cultura nacional, conquistável por meio da sistematização culta de seus fatos esparsos, nas artes e no idioma; é o que observa ao amigo Manu, em carta do início de 1925: "Prás idéias modernistas essa sistematização não pode ser sinão dirigida prá maior verdade e exatidão de expressão. É o que estou fazendo."¹⁸

E o fazer mariodeandradiano procurava materializar aquela idéia obsessiva que perpassa os seus estudos sobre o idioma e a música: identificar e normalizar os caracteres étnicos permanentes da cultura brasileira, contribuindo, desta forma, para a afirmação de sua identidade e, conseqüentemente, para a emancipação da consciência nacional. Procurando evitar qualquer dúvida quanto aos seus procederes normalizadores em relação à língua nacional, o autor antecipa logo na Introdução à Gramatiquinha as razões de ordem prática, mas de enormes conseqüências políticas e culturais, que o levaram a defender uma expressão que pudesse facilitar e ampliar o relacionamento de seus falantes com a realidade em que vivem: "Com exceção duns trinta ou quarenta, os doutores não falam a língua oficial nem nenhuma língua. Língua é o instrumento mais ou menos plausível com que a gente matuta. Língua é uma expressão espontânea dos homens e ordenada unicamente pelas precisões inconscientes da fisiopsicologia humana."¹⁹

Mas é preciso convir que, mesmo não falando língua nenhuma, os doutores se estabelecem em prestígios e não seria a estilização da língua de candomblé, por ele pretendida, a melhor opção para enfrentar as tradicionais distinções de classe. O empenho em universalizar o código da comunicação verbal, com base na variante brasileira, significava, pois, além de todas as razões étnicas e psicológicas que a justificam, ampliar o acesso à cultura e à informação e combater a vaidadezinha de dominar uma língua reservada só para distintos condôminos. Esse risco da elitização lingüística poderia ocorrer também com a "língua brasileira", devendo ser, por suposto, evitado pela consciência alargada do seu sentido social: "O importante não é aliás a vaidadezinha de ter língua diferente, o importante é se adaptar, ser lógico com sua terra e o seu povo"²⁰. Nesse contexto, a gramatiquinha acabou ficando no meio do caminho, no duplo sentido: por não ter sido concluída e, como referencial de idéias e de condutas lingüísticas, também ficou no meio do caminho como uma pedra de tropeço incomodando os que não viam a "língua brasileira" como um imperativo humano de relacionamento com a terra e o povo. As lições da gramatiquinha não conheceram página de livro, mas ganharam as consciências dos leitores de Mário de Andrade pelas crônicas, artigos de jornal e, principalmente, pelas cartas.

Nas lições que ficaram da gramatiquinha, Mário de Andrade vai cumprir alguns postulados estabelecidos na concepção do projeto: livrar a gramatiquinha do peso de obra técnica e referencial em matéria normativa; para a sua formulação *sui generis*

de obra de ficção – “Este é um livro de ficção, e ninguém não aprende gramática nele, é lógico.” – não dispensa, entretanto, o rigor da pesquisa, inclusive a de campo, que deve ser abrangente quanto à condição social dos falantes²¹ e quanto às regiões geográficas, distinguindo-se, aí, o meio rural e urbano. Do conjunto do trabalho, o que ressalta é a enunciação do pesquisador, ora conciso no apontamento de um fato lingüístico não registrado pelos gramáticos, ora mais enfático ao discorrer sobre uma tendência nativa na fonética ou na sintaxe, demorando-se na exemplificação e no comentário crítico de teor invariavelmente histórico-cultural. Mas em tudo, nota-se o tom apressado de quem esperava depois arrematar com mais consistência e didatismo, consultando melhor as fontes anotadas entre parênteses. Assim, comenta, por exemplo, as diferenças orais de pronúncia entre o brasileiro e o português: “Abóbora = abobra / Chácara = chacra (Martins nº 134-I-150 escreve “chacra”) Os portugueses também dizem (e escrevem) “jacra” por xácara. Conf. 534-II-252.”²²

No léxico, os seus exemplos e comentários seguem o mesmo método: “Mário Barreto nega “Através do Dicionário” pg. 233 e seguintes, que o emprego do participípio presente seja particularidade brasileira. Está certo. O que porém caracteriza a fala brasileira é que ninguém aqui diz “Fulano estava a fumar” ao passo que pros portugueses essa é a constância embora falem também “Fulano estava fumando.”²³

E por aí tratou da Sintaxe e da Estilística, apontando as diferenças que davam consistência normativa, pela constância e generalidade, à pretendida “língua brasileira”. Evitando o descritivismo árido das Gramáticas oficiais, também repeliu o autoritarismo prescritivo das regras do bom falar – mesmo que fosse o brasileiro –, preferindo sempre que possível sondar a língua na sua intimidade psicológica: “Caracteres psicológicos do brasileiro: carinho, pefocismo, sensualidade, calor na sonoridade (escrito) verdadeira musicalidade no oral que nem com as crianças. O caipira quando fala, sobretudo o mulato canta que nem criança. Comodismo lentidão escarrapachada e acocorada. Fazer considerações sobre isso em solução da rapidez moderna.”²⁴

Sem qualquer pretensão técnica mais abalizada, e situando-se nos amplos e flexíveis contornos da ficção, a Gramatiquinha constituiu-se para Mário de Andrade numa tentativa; e como em tudo que fazia, não descurou do rigor do estudo e da pesquisa, procurando com o seu sacrifício fazer desse arremedo um tributo à cultura de seu povo: “Minha tentativa é útil e humana porque eu generalizo numa só, universal, sem classes, unitária e única e unânime a alma do meu povo.”²⁵

Conclusão

Para concluir esta exposição, conviria reiterar o sentido do seu título, centrado na análise comparativa do pensamento de Celso Cunha e de Mário de Andrade em relação à língua portuguesa. O que se procurou sustentar é que tanto o filólogo quanto o artista comungam do mesmo propósito de garantir, em nome da intercomunicação efetiva de seus falantes, a unidade do idioma, mas sem enfraquecer-lhe a expressividade.

A defesa desse ponto médio entre os extremos do sectarismo reacionário de puristas e nacionalistas não os impediu de tergiversarem, ora favoravelmente às exigências da normatização culta da língua, ora contra essas mesmas exigências, quando entorpeciam o temperamento lingüístico do homem brasileiro. A coerência lhes vinha do claro e abalizado posicionamento crítico; daí porque a resistência de Celso Cunha ao relaxamento da expressão provocado pela vulgarização e dialetização do idioma não o estigmatizava como purista, assim como a utopia da língua brasileira acalentada por Mário de Andrade, em nenhum momento deve confundi-lo com as hostes do jacobinismo nacionalista. Ambos souberam posicionar-se com o bom senso dos iluminados, no dizer de Celso Cunha, sem perderem a radicalidade crítica que os projetou entre os intelectuais brasileiros mais ilustres. Tocados pelo mesmo anseio de ampliar as possibilidades comunicativas do povo brasileiro —Celso Cunha, mais ambiciosamente, investindo numa ampla comunidade lusófona—, visaram, também, à sintonização do nosso pensamento com o movimento universal das idéias de seu tempo, que tão bem defenderem na tribuna em que transformaram sua obra mais publicística.²⁶ Se Mário de Andrade investiu mais na estilização culta da fala brasileira por meio da Literatura e Celso Cunha na aceitabilidade social da norma culta pela educação escolar, essas diferentes opções práticas não os distanciam; antes os reafirmam como intelectuais orgânicos brasileiros que entenderam o valor da cultura como processo de persuasão coletiva e de consolidação do *ethos* nacional.

A repercussão social e política do pensamento de Celso Cunha e Mário de Andrade, no campo das questões lingüísticas, talvez não se tenha demonstrado, ainda, com a abrangência esperável; entretanto, é boa herança o fato de um Projeto de Lei como o referido na introdução desta exposição assinalar no seu artº 2º, a incumbência de o poder público “(I) Melhorar as condições de ensino e de aprendizagem da língua portuguesa em todos os graus, níveis e modalidades da educação nacional.” e “(II) Incentivar o estudo e a pesquisa sobre os modos normativos e populares de expressão oral e escrita do povo brasileiro.”²⁷

Finalizando, seria bastante oportuno deixá-los falar num fictício diálogo entre citações verdadeiras:

— Com efeito, por cima de todos os critérios de correção —aplicáveis nuns casos, inaplicáveis noutros— paira o da aceitabilidade social, a *consuetudo* de Varrão, o único válido em qualquer circunstância.²⁸

Celso Cunha

— Eu me expresso pros outros e não pra mim mesmo. E tem por isso pra mim a obrigação moral de me sujeitar aos caminhos que minha gente segue. 2929

Andrade, M.de.

Correspondência:

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)
 Campo Grande – Mato Grosso do Sul – Brasil
 E-mail: irusseff@ucdb.br

Notas

- ¹ Trata-se do deputado federal Aldo Rebelo que, em recente proposta contida no Projeto de Lei nº 1676/99, dispoñdo sobre “a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua portuguesa”, destaca a necessidade de medidas que estimulem o uso da língua portuguesa e inibam “todo e qualquer uso de palavra ou expressão em língua estrangeira...” (artº 4º)
- ² Cunha, C. (1968). Língua portuguesa e realidade brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.16.
- ³ É curioso como Celso Cunha trata do fenômeno da variante dialetal: ora apostando na sua força expressiva, como “(...) utilização particular de algumas das múltiplas possibilidades da língua(...)normas que podem conviver harmonicamente, dentro da língua portuguesa, com outras normas, peculiares a distintos ambientes sociais, culturais ou regionais.” Língua Portuguesa e realidade brasileira. Op. cit. p. 26-7; ora prevenindo-nos dos seus riscos de dissolução idiomática: “Devemos combater, pelo ensino, o vulgarismo e o dialetalismo, que, antes de fracionarem a comunidade idiomática supranacional, fracionam a unidade lingüística da própria nação...” Idem, ib. p. 75.
- ⁴ Por brigada ligeira, ficam aqui compreendidas principalmente as produções de Celso Cunha mais voltadas para o debate público sobre uma política do idioma, com destaque para: Língua portuguesa e realidade brasileira (1968); Uma política do idioma (1975) e A questão da norma culta brasileira (1981).
- ⁵ Cunha, C. Língua portuguesa e realidade brasileira. Op. cit. p. 67.
- ⁶ Idem ib. p. 68.
- ⁷ Idem. (1985). A questão da norma culta brasileira. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.47.
- ⁸ Idem ib. p.30.
- ⁹ Cunha, C. Língua portuguesa e realidade brasileira. Op. cit. p. 26.
- ¹⁰ Idem. Ib.
- ¹¹ Idem. Cartas a Manuel Bandeira. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d. p. 66.
- ¹² As fichas que resumem as notas de pesquisa referentes ao livro trazem os cabeçalhos: Macunaíma/ usado e Macunaíma, evidenciando o quanto Mário de Andrade foi rigoroso no trabalho de investigação a que se dedicou no preparo da rapsódia, escrita, como dizia, num zás de seis dias na chakra dum tio em Araraquara. Assim, reuniu não só detalhes ligados a motivos do texto: terminar a história da Índia que casou com a Papaceia, com o final da lenda idêntica dos Apinagê em Boletim do Museu Nacional, vol.IV, nº 2, p. 88; como também estudos sobre a cultura popular: Ditado/ passar manteiga em ventre de gato... Além disso, sua curiosidade e rigor obrigaram-no a levantamentos filológicos de caráter morfológico que aproveitavam desde as denominações de animais, minerais e vegetação, até acidentes geográficos e denominação para dinheiro. Por exemplo: dinheiro: bicha, 511, 41. Na Bibliografia. – Visc. de Taunay “Inocência” 18ª ed. C. Melhoramentos de S.Paulo – S.Paulo. Calcáreo:dinheiro/ vol. Nº 441. Na Bibliografia: 441 – Rodolpho Garcia. Dicionário de Brasileirismos (peculiaridades pernambucanas) Separata da Revista do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro. Cf. Pinto, E. P. (1990). A Gramatiquinha de Mário de Andrade. Texto e Contexto. São Paulo: Duas Cidades.
- ¹³ Andrade, M. de. Cartas a Manuel Bandeira. Op. cit. p. 157-8.
- ¹⁴ As referências condoídas de Mário de Andrade aos seus detratores estão espalhadas em quanta carta escreveu e conversa que desfiou, restando na lembrança dos amigos e correspondentes o sofrimento que as críticas lhe causavam, mesmo justas. Quanto ao seu projeto da gramatiquinha da língua nacional, não seria diferente a reação da crítica, mormente se se considerar o que havia de folclore em torno disso, agulando mais ainda os espíritos menos cultivados nas utopias mariodeandradianas. Reagindo como podia –e sempre podia bem, nas suas reações públicas – Mário ia terçoando as suas armas, resultando disso verdadeiras pérolas de argumentação e de apaixonada defesa de suas teses. No posfácio da gramatiquinha, em que rebatia a crítica apressada de que pretendeu criar uma língua brasileira, Mário assesta suas baterias contra os que não o entenderam no projeto: Ninguém me tirará a convicção, arraigada já entre muitos dissabores, brinquedinhos depreciativos de amigos, os dizques e falar mal por trás e injustiças, que si muitos tentarem também o que eu tento (note-se que não digo “como eu tento”) muito brevemente se organizará uma maneira brasileira de expressar, muito pitoresca, psicologiquíssima na sua lentidão, nova doçura e variedade, novas melodias bem nascidas da terra e da raça do Brasil. Andrade, M. Gramatiquinha. Apud Pinto, E. P. A Gramatiquinha de Mário de Andrade. Texto e Contexto. Op. cit. p. 422.

- ¹⁵ Andrade, M. de. (1962). *Ensaio sobre a Música Brasileira*. São Paulo: Martins Editora, p. 37.
- ¹⁶ Idem. A Concepção. Apud Pinto, E. P. A Gramatiquinha de Mário de Andrade. *Texto e Contexto*. Op. cit. p. 65.
- ¹⁷ Preocupado, como já foi observado, com a possível incompreensão de seus contemporâneos às teses lingüísticas que vinha defendendo, Mário de Andrade começou a rever os seus conceitos de codificação e sistematização da língua brasileira, cuidando para que não soassem como uma bizarra lusofobia, transformando uma questão lingüística num embate de patriotadas. Como ele sempre reiterava: Falei, "sem se amolar com a gramática de Lisboa" e não "se opondo à gramática de Lisboa". E concluiu em outro excerto, muito criteriosamente, sobre o que deveria orientá-lo na elaboração da gramatiquinha: Não falar nem uma vez em "regras". Nem tão pouco (sic) em "normas" si possível. Falar só em "Constâncias". Andrade, M. Gramatiquinha. Apud Pinto, E. P. A Gramatiquinha de Mário de Andrade. *Texto e Contexto*. Op. cit. p. 336.
- ¹⁸ ANDRADE, Mário de. *Cartas a Manuel Bandeira*. Op. cit. p. 72
- ¹⁹ Idem. Introdução à Gramatiquinha. Apud Pinto, E. P. A Gramatiquinha de Mário de Andrade. *Texto e Contexto*. Op. cit. p. 322.
- ²⁰ Idem. Posfácio da Gramatiquinha. Apud Pinto, E. P. A Gramatiquinha de Mário de Andrade. *Texto e Contexto*. Op. cit. p. 422.
- ²¹ Contrariando uma possível expectativa popularesca quanto à recolha dos fatos lingüísticos a serem aproveitados na elaboração da Gramatiquinha, Mário de Andrade argumenta sobre a importância da contribuição de todos os estratos sociais para a pesquisa: As observações e pesquisas sobre a língua nacional não devem ser feitas exclusivamente entre pessoas das classes proletárias, entre analfabetos e pessoas rurais. Deve estender-se a todas as classes, até mesmo os cultos, mas sempre na sua linguagem desleixadamente espontânea e natural. Andrade, M. de. A Concepção. Apud Pinto, E. P. A Gramatiquinha de Mário de Andrade. *Texto e Contexto*. Op. cit. p. 64.
- ²² Andrade, M. De. Gramatiquinha. Apud Pinto, E. P. A Gramatiquinha de Mário de Andrade. *Texto e Contexto*. Op. cit. p. 343.
- ²³ Id. ib. p. 390.
- ²⁴ Idem. Psicologia da Fala Brasileira. In: Gramatiquinha. Apud Pinto, E. P. A Gramatiquinha de Mário de Andrade. *Texto e Contexto*. Op. cit. p. 416.
- ²⁵ Idem. Tratado do Estilo. Apud Pinto, E. P. A Gramatiquinha de Mário de Andrade. *Texto e Contexto*. Op. cit. p. 46.
- ²⁶ A propósito, merecem registro as ações "panfletárias" de Mário de Andrade na imprensa paulista (Táxi e Crônicas, ambas publicadas no *Diário Nacional*) e a "brigada ligeira" de Celso Cunha, citada ao longo deste estudo.
- ²⁷ Rebelo, A. Projeto de Lei nº 1676/99.
- ²⁸ Cunha, C. (1970) *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, p. 14.

Referências Bibliográficas

- Andrade, M. de (1960). *Obra Imatura*. São Paulo: Martins Editora.
- Andrade, M. de (s/d). *Cartas a Manuel Bandeira*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Andrade, M. de (1962). *Ensaio sobre a Música Brasileira*. São Paulo: Martins Editora.
- Cunha, C. (1968). *Língua Portuguesa e Realidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Cunha, C. (1970). *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares.
- Cunha, C. (1975). *Uma Política do Idioma*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Cunha, C. (1985). *A Questão da Norma Culta Brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Pinto, E. P. (1990). *A Gramatiquinha de Mário de Andrade. Texto e Contexto*. São Paulo: Duas Cidades.
- Rebelo, A. Projeto de Lei nº 1676/99.